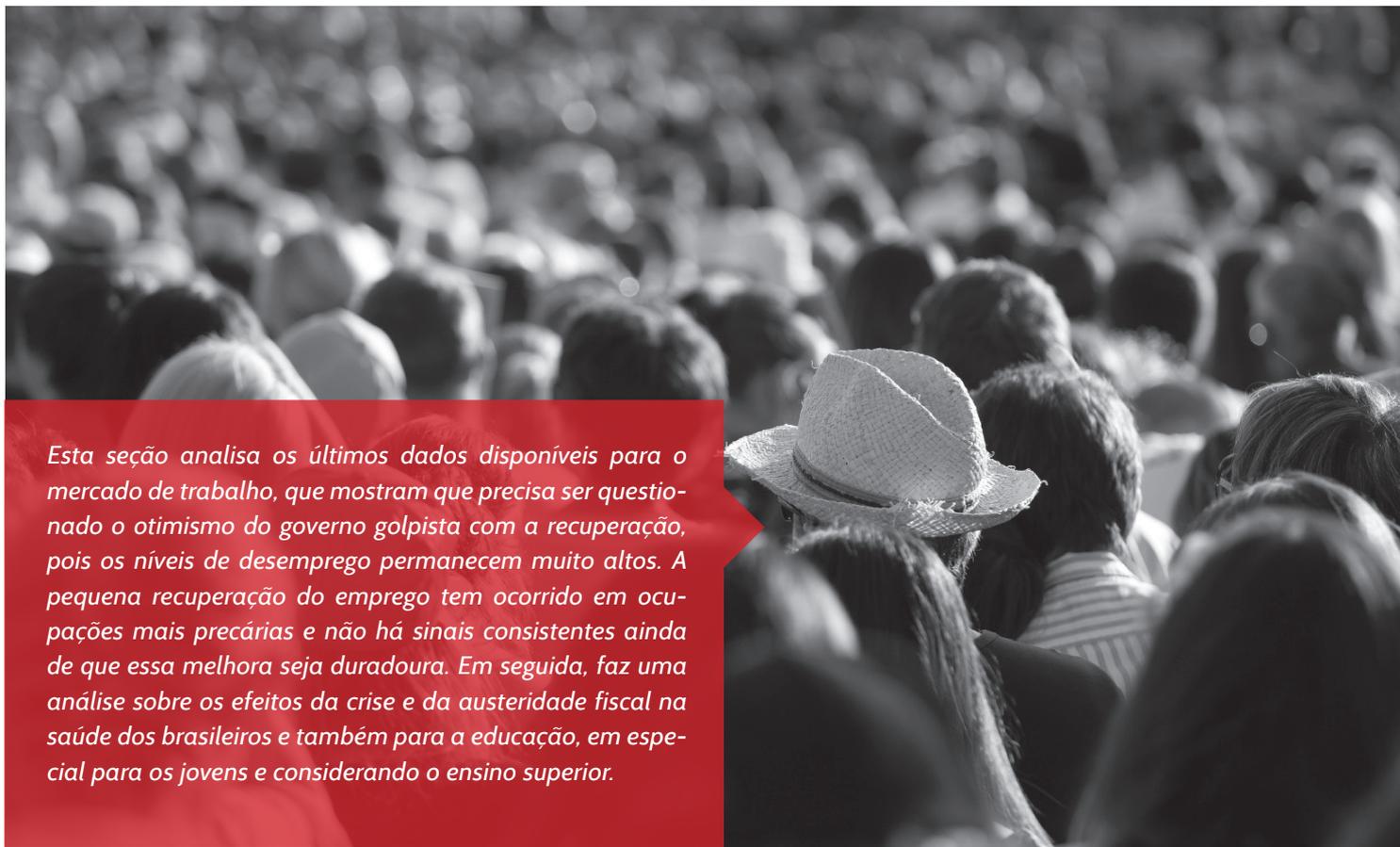


SOCIAL



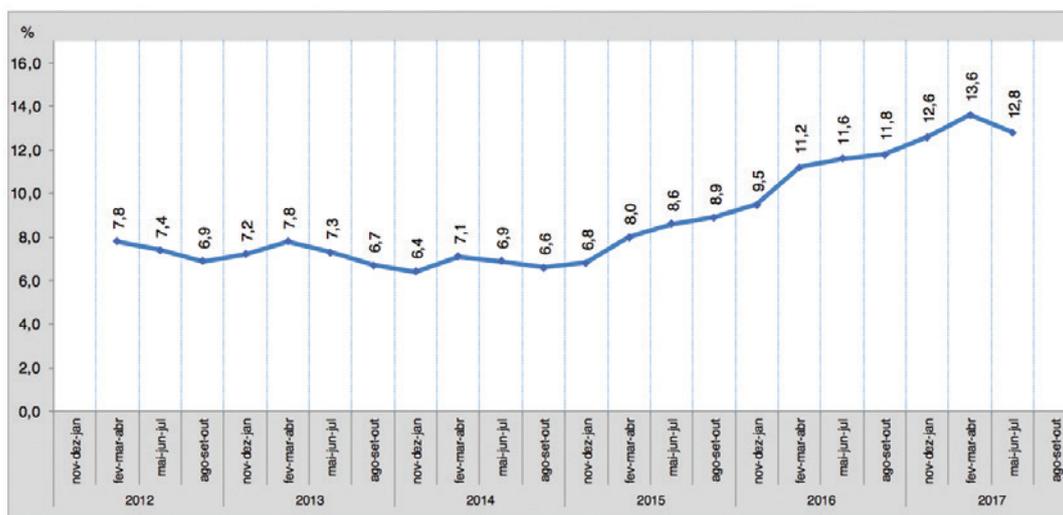
Esta seção analisa os últimos dados disponíveis para o mercado de trabalho, que mostram que precisa ser questionado o otimismo do governo golpista com a recuperação, pois os níveis de desemprego permanecem muito altos. A pequena recuperação do emprego tem ocorrido em ocupações mais precárias e não há sinais consistentes ainda de que essa melhora seja duradoura. Em seguida, faz uma análise sobre os efeitos da crise e da austeridade fiscal na saúde dos brasileiros e também para a educação, em especial para os jovens e considerando o ensino superior.

Mercado de trabalho

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), a taxa de desocupação foi de 12,8% de maio a julho de 2017,

com queda de 0,8 ponto percentual em relação ao trimestre de fevereiro a abril de 2017 (13,6%). Na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano anterior (11,6%), houve alta de 1,2 ponto percentual no índice.

Gráfico 1 - Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência, de todos os trimestres comparáveis - Brasil 2012/2017 (em %)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

Mas o destaque é para o fato de que o número de empregados com carteira de trabalho assinada (exceto trabalhadores domésticos) foi de 33,3 milhões de pessoas no trimestre analisado: o número mostrou estabilidade frente ao trimestre anterior, mas caiu 2,9% frente ao mesmo trimestre do ano anterior (- 1 milhão de pessoas). Já o número de empregados sem carteira assinada (10,7 milhões de pessoas) cresceu 4,6% em relação ao trimestre anterior (mais 468 mil pessoas) e 5,6% contra o mesmo trimestre de 2016 (mais 566 mil pessoas). O contingente de trabalhadores por conta própria (22,6 milhões de pessoas) subiu 1,6% na comparação trimestral (mais 351 mil pessoas) e na anual houve estabilidade. Na categoria dos trabalhadores domésticos, estimada em 6,1 milhões de pessoas, houve estabilidade em ambas as comparações.

Assim, segundo a PNADC, o crescimento do emprego no Brasil ocorre especialmente em postos sem carteira e entre os trabalhadores por conta própria, o que mostra uma piora na qualidade dos empregos. Esse fenômeno tem sido apontado até mesmo pela Carta de Conjuntura do Ipea. Alguns analistas apontam que isso seria somente uma “etapa” na retomada do crescimento e que, em breve, teremos geração de empregos de melhor qualidade. No entanto, em novembro entra em vigor a reforma trabalhista, que torna “formais” diversas formas de contratação antes consideradas ilegais: vínculos passarão a ser considerados como formais apesar de a situação objetiva dos trabalhadores continuar precarizada. A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Dieese/Seade), que consegue captar outras formas de desemprego ocultas pela intermitência da procura de trabalho ou pela concomitância com ocupações temporárias (bicos), mostra um quadro mais grave, também com o aumento do tempo médio para encontrar um emprego em diversas regiões metropolitanas do Brasil.

Antes mesmo da entrada em vigor da reforma, diversos setores têm feito extensas reestruturações, como é o caso do bancário: entre janeiro e julho de

2017, os bancos brasileiros fecharam 10.680 postos de trabalho no país, de acordo com dados do Dieese.

Assim, o discurso da superação da crise do mercado de trabalho precisa ser ponderado, pois os níveis de desemprego permanecem muito altos no Brasil, a pequena recuperação do emprego tem ocorrido em ocupações mais precárias e não há sinais consistentes ainda de que essa melhora seja duradoura. Ou seja, as famílias brasileiras estão ainda sofrendo com o efeito da crise na renda familiar o que, inclusive, fez crescer nos últimos meses o setor de conserto de eletrodomésticos e reparo de roupas.

Crise no mercado de trabalho, austeridade e saúde

Fabíola Sulpino Vieira, em “Crise econômica, austeridade fiscal e saúde”, aponta que crises econômicas e as medidas de austeridade fiscal - que reduzem o gasto com políticas sociais - pioram a situação de saúde da população. Com base na literatura internacional, a autora relaciona a perda do emprego e redução da renda com o aumento da ocorrência de divórcios, violência, estresse, aumento da incidência e prevalência de ansiedade, depressão, abuso de álcool e outras drogas, que podem, segundo a autora, estar na origem de outros processos de deterioração do quadro de saúde da população. Outro problema grave é o aumento dos casos de suicídio. A redução da renda da população também aumenta a demanda no sistema público de saúde, que, conjugada a medidas de austeridade fiscal, contribui para o aumento das desigualdades sociais e pode acelerar a deterioração da saúde da população. Outras pesquisas apontam que jovens são especialmente mais vulneráveis ao suicídio sob a ocorrência de perda de renda e emprego e são justamente eles os que mais têm sofrido com a crise atual.

Educação e juventude

O relatório “Education at a glance” da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que os jovens do Brasil têm menos acesso à universidade que os países que formam o bloco da OCDE e parceiros, mas está na frente da Índia e da China, por exemplo. Também, o diferen-

cial de salários entre um indivíduo com diploma de ensino superior e sem diploma de ensino superior no Brasil é o maior entre os 35 países analisados no relatório, um indicativo da desigualdade social do país.

Se o quadro do acesso ao ensino superior vinha mudando com os governos do PT, com crescimento expressivo das matrículas de 2003 a 2014, hoje os dados do Censo da Educação Superior 2016 apontam, pela primeira vez nos últimos onze anos, uma estagnação das matrículas neste nível e diminuição do número de alunos nas instituições pri-

vadas. Mas, nesse quadro de crise no mercado de trabalho e de ajuste fiscal que atinge duramente as Instituições de Ensino Superior - com cortes nas instituições em si, mas também no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) etc -, o ministro da Educação Mendonça Filho afirmou em coletiva de imprensa que as matrículas caíram por “desânimo dos jovens” e culpou as famílias por “empurrá-los” ao mercado de trabalho.

Para ver mais, consultar:

MEC culpa os jovens pela estagnação do ensino superior <https://goo.gl/qq3DKQ>

Education at a Glance 2017 <https://goo.gl/LVASXC>

Crise econômica, austeridade fiscal e saúde <https://goo.gl/qz3wxb>

Conserto de eletrodoméstico e reparo de roupa avançam na crise <https://goo.gl/GrZDKX>

Setor bancário já fechou 10.680 postos de trabalho no ano <https://goo.gl/uJuQqx>